



**Instituto Koké-Pataxí:
ensino, pesquisa e extensão na formação antirracista no Serviço Social**

Raquel Mota Mascarenhas Pataxó¹
<https://orcid.org/0000-0003-2410-3429>

Resumo

Apresenta relato de experiência de atuação profissional desenvolvida através do *Instituto Koké-Pataxí*, programa de extensão vinculado a ações de ensino e pesquisa, que objetiva *promover a retomada indígena no espaço-tempo presente*. Coordenado por pataxó indígena mulher assistente social e docente em Serviço Social numa instituição de ensino superior pública, visa fomentar a interação entre universidade e povos indígenas e colaborar para formação antirracista no Serviço Social brasileiro.

Palavras-chaves: Povos indígenas; Retomada; Bem viver; Formação e atuação profissional; Antirracismo.

**Koké-Pataxí Institute:
teaching, research, and outreach in anti-racist training in Social Work**

Abstract

This report presents a professional experience developed Koké-Pataxí Institute, an outreach program linked to teaching and research initiatives, which aims to promote Indigenous recovery in the present space and time. Coordinated by pataxó, indigenous, woman, social worker, and professor of Social Work at a public higher education institution, the program aims to foster interaction between universities and indigenous peoples and contribute to anti-racist training in Brazilian Social Work.

Keywords: Indigenous peoples; Resumption; Live well; Professional training and performance; Anti-racism.

Tramitação:

Recebido em: 24/07/2025

Aprovado em: 11/08/2025

¹ Assistente Social. Artesã. Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Política Social e Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do curso de Serviço Social, membra do PARENTES-Coletivo de Indígenas, membra do NEABI-Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Membra da ABRASSPI-Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas e da ABEPSS-Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, compondo o GTP-Grupos Temáticos de Pesquisa Feminismos, Relações Étnico-Raciais, de Gênero, Sexualidades e Classe Social, na coordenação colegiada da ênfase Questão Indígena e Serviço Social. Membra da Wayrakuna-Movimento Plurinacional de Indígenas Mulheres e Líder da Wayrakuna-Grupo de Pesquisa de Indígenas Mulheres (cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ/MCTI). Tem experiência na área de Serviço Social e, atualmente, tem se dedicado aos temas: questão étnico-racial indígena, questão ambiental, crise de sustentabilidade global, antropoceno, bem viver e retomada indígena. E-mail: rmascarenhas.ufop@gmail.com





Introdução

O Instituto Koké-Pataxí (IKP) fundado em 2021 com o objetivo central de *promover a retomada indígena no espaço-tempo presente*. Através de um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político, tem buscado: i) estabelecer e colaborar com espaços de difusão das culturas indígenas; ii) fortalecer e constituir ações de defesa dos direitos indígenas; iii) realizar diálogos entre o conhecimento científico e as sabedorias indígenas; iv) aproximar a comunidade universitária dos modos de viver indígenas; e v) contribuir para a relação transformadora entre universidade e povos indígenas.

A análise apresentada nesse artigo se refere ao ano de 2023, em que o IKP foi institucionalizado como um programa de extensão², articulado ao ensino e a pesquisa, vinculado ao Curso de Graduação em Serviço Social na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Sendo o público alvo do IKP, nesse lócus, constituído por povos indígenas em Minas Gerais e a comunidade universitária e externa dos Campi Ouro Preto e Mariana da UFOP. A finalidade dessa abordagem é compartilhar uma experiência de formação e atuação profissional comprometida com a *luta antirracista*, que consiste no posicionamento e em ações de enfrentamento contra o *preconceito racial* que se manifesta através da “omissão, quando há o silenciamento frente a violações de direitos e à manutenção de privilégios de uns/umas em detrimento dos direitos de outros/as, ou por uma ação direta, que, neste caso, denominamos discriminação” (Cfess, 2016, p.14). Luta preconizada no Código de Ética de Assistentes Sociais, como, no princípio de “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” (Cfess, 1993). E que atualmente vem sendo estabelecida através dos *Comitês Antirracistas*, via articulação entre o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e os Conselhos regionais de Serviço Social (CRESS), decorrente da Campanha de Gestão³ 2017-2020 *Assistentes Sociais no Combate ao Racismo* e da

² O IKP está vinculado e foi aprovado pela Assembleia do Departamento de Serviço Social em 26/10/2022, sendo amparado também pela Resolução AD-DESSO/ICSA n. 37/2022, em que a diretoria da unidade acadêmica em que o curso está situado, o Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da UFOP, manifesta sua anuência ao desenvolvimento do programa de extensão. Especificamente, considerando que o projeto de extensão *Semeando um Jardim para Bem-ser* visa o estabelecimento de um jardim sensorial, foi necessário tal anuência, ocorrida em 24/10/2022.

³ “Desde o triênio 2008-2011, o Conjunto CFESS-CRESS tem deliberado por dar centralidade a algum tema sob forma de ‘campanha’, de modo que o tratamento deste perpassasse as diversas ações a serem desenvolvidas ao longo de cada triênio. Os elementos de cada campanha foram variados, mas as mesmas possuem em comum a força de uma identidade visual nacionalmente utilizada, configurando-se, de fato, como uma agenda constante e unificada dos Conselhos de Serviço Social em âmbito





deliberação do 49º Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS.

Além dos comitês, podem-se elencar alguns produtos de nossa categoria profissional no bojo da luta antirracista. Como as publicações em 2016 do *Caderno 3: racismo da Série Assistentes social no Combate ao Preconceito* – que visa dialogar com assistentes sociais sobre as origens e fundamentos históricos do preconceito racial visando provocar a reflexão e contribuir para as estratégias efetivas de enfrentamento da reprodução do preconceito; e em 2020 do livro *Assistentes Sociais no combate ao racismo* – que retrata a construção da Campanha de Gestão 2017-2020 ao longo dos três anos de sua execução. A homologação da *Resolução CFESS n. 1.054/2023*, que estabelece normas vedando condutas de discriminação e/ou preconceito étnico-racial no exercício profissional. A constituição da *Plataforma Antirracista* na Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) lançada em 2022 no XVII ENPESS, sendo constituída como nos *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em Serviço Social*.

80

Ainda que salutar para a luta antirracista, abordando com competência o estudo e a discussão acerca da temática e atuação profissional junto à população negra no Brasil, tais iniciativas são latente em relação à visibilização e promoção do estudo e a discussão acerca da temática e atuação profissional junto à população indígena. Buscando contribuir para a superação dessa latência, foi fundada em 2020 a *Articulação Brasileira Serviço Social e Povos Indígenas* (ABRASSPO), que tem reunido tanto indígenas assistentes sociais quanto assistentes sociais indigenistas a fim de estudar, pesquisar e debater sobre a temática e a atuação profissional nessa área, bem como constituir-se na defesa dos direitos voltados aos povos originários. Alertando para a necessidade de que

o Serviço Social, como profissão organicamente comprometida com a defesa das classes historicamente subalternizadas, deve se debruçar sobre a discussão da temática indígena, ainda tão pouco abordada pela categoria. Isso significa promover, estimular e apoiar a produção do conhecimento para subsidiar a atuação profissional, enquanto processo de educação permanente, fortalecendo a intervenção nos diversos espaços sócio-ocupacionais, de forma a ouvir, conhecer e respeitar as particularidades da pluralidade étnica e socioambiental de cada povo ou sujeito indígena, independente de estarem em territórios demarcados ou em contexto urbano (Abrasspo, 2022).

Enquanto membra dessa articulação e buscando colaborar para o acúmulo acerca da formação e atuação profissional comprometida com o enfrentamento ao racismo contra povos

regional e federal” (Cfess, 2020, p. 7).



Manuscrito licenciado sob forma de uma
licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional:
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt> B

Relem, Manaus (AM), v. 18, n. 30, jan./jun. 2025.



indígenas, compartilho a experiência do *Instituto Koké-Pataxí*, estruturado em três momentos, além dessa introdução. Na apresentação da estrutura do IKP constam seus principais fundamentos teórico-metodológicos, passando a exposição de sua execução, com destaque para alguns avanços e desafios, e, por fim, algumas considerações finais.

Retomada Indígena e Luta Anticapitalista no IKP

O *Instituto Koké-Pataxí* é nomeado a partir da língua *PATHOHÃ* do povo indígena *PATAXÓ*. Enquanto indígena Pataxó estabeleci essa denominação intencionada a expressar a primordial *interação* [hífen (-)] entre os seres não humanos [*Koké*] e seres humanos [*Pataxí*], a partir da cosmogonia Pataxó, que compreende a *natureza* como um *ente*, como *ser* concreto, com a qual se estabelece uma *interação de influência recíproca*, ou seja, experienciando que “os indígenas precisam da floresta e ela precisa do indígena para cultivar suas espécies de fauna e flora” (Pataxó, 2004, p. 47). O que estabelece um conteúdo racional distinto da compreensão dessa relação como um processo de *degradação da natureza pela humanidade*, pois existe certo *acoplamento que tende ao equilíbrio* entre a comunidade humana e os ciclos biofísicos na Terra, em que tanto os seres humanos quanto todos os demais seres são beneficiadas por essa *interação*⁴. Trata-se, portanto, de uma *cosmogonia*⁵ em que temos uma concepção singular do espaço e tempo, bem como da relação entre os seres humanos e não humanos.

Assim como outros povos indígenas em *Pindorama*⁶, o povo Pataxó tem constituído em *Abya Yala*⁷ a confluência de certo “conjunto de ideias centradas nos sistemas de

⁴ Compreendo *ente* como “algo ou alguém cuja existência é concreta ou suposta”; enquanto *recurso* diz sobre algo ou alguém a ser utilizado. A palavra *relação* (*rel*/repetir+*agere*/ação) é por mim compreendida como o ato de reiterado conteúdo, sendo que é derivada da palavra em latim *relatus*, que é o particípio do passado de *referre*, cujo prefixo *re* significa repetir/intensificar e *ferre* portar/levar com você. Enquanto, *interação* deriva da junção de *inter* (entre) e *agere* (ação), compreendo *interação* como ato de influência recíproca entre uma coisa e outra; *degradação* deriva da junção de *degrad* (*de*/retirada+*gradus*/grau) e *agere* (ação), por isso a compreendo como ato de privar outrem de dignidade e/ou de estabelecê-lo em grau hierárquico inferior.

⁵ A palavra *cosmogonia* remete a “uma explicação da origem do universo”, visto que deriva da junção dos termos gregos *cosmos*/universo + *gignomai*/gênese.

⁶ *Pindorama* na língua tupi-guarani - *pin'dob* (palmeira) e *oroma* (espetáculo), “espetáculo das palmeiras” (Castanha, 2007) - é atribuído por populações originárias ao território, hoje, enunciado Brasil (Tavarez, 2019).

⁷ *Abya Yala* na língua Kuna - significa “terra em plena madurez” ou “terra de sangue vital” (Minõso, Correal, Muñoz, 2014) – é a denominação que o movimento indígena elegeu em 1992 para o continente Americano (Chakaruna, 2022).



conhecimento, prática e organização” (Solón, 2019, p. 19), denominado *Bem Viver*⁸. Esse enunciando sobre o lugar comum a milhares de povos indígenas, não como uma coincidência, mas como uma afirmação racial da existência da memória ancestral que condiz à história real que vivemos, é expressão de nossa autonomia e liberdade enraizada, dentre outros, em cinco elementos: i) o todo é o cosmo em movimento constante; ii) o desafio é inter-relacionar-se com o outro; iii) o objetivo é o equilíbrio como razão dinâmica de ser; iv) a busca é por complementariedade da diversidade; v) a luta é por descolonização (Sólón, 2019). Como explicita Ailton Krenak, entendo que o *Bem Viver*

é viver somente pelo que a terra pode proporcionar, sem exauri-la. Seria como ir no Igarapé, tomar banho, beber água dele até que ele possa te dar água, e mudar a aldeia quando o cheiro mostrar que é insustentável viver ali. [...] movimentos migratórios foram confundidos com nomadismo, mas sabemos que não tem nenhum povo nômade aqui. Tem maneiras de descrever essa ação de circulação no território em diferentes culturas. [...] Quando você sai para fazer esse caminho, você sabe o desenho que será feito, e ao longo de dez, vinte, trinta, cem anos. Esses desenhos vão configurando um roteiro. Pode ser percorrido em diferentes épocas, encontrando a mesma prosperidade, a mesma fartura, ou mais do que a última vez que você passou lá. Você não exaure o caminho por onde se passa, você o enriquece. Da próxima vez, você vai passar com mais gente e vai ter mais suprimento. Isso é o mais próximo de exemplo que a gente pode dar dessa ideia que foi traduzida para o português de "bem viver" toca muito nesse nosso encontro, na maneira de repensar as nossas produções e práticas, para nos encaixar num modelo que pode ser o da terra, e não imprimir na terra um modelo antropocêntrico (Krenak, 2019, p. 9).

O IPK, portanto, está enraizado na sabedoria Pataxó, confluindo com outras sabedorias indígenas na constituição do Bem Viver, mas não apenas. Nos termos da *confluência* proposta por Bispo dos Santos (2020, p. 252), concebendo que "temos referenciais históricos para confluirmos e não sermos incluídos!", proponho a pluralidade de diálogos sem que o foco seja o conflito e o domínio. Confluir é elaborar um contexto de afetamento entre mundos evidenciando convergências e divergências tangenciadas pela *memória ancestral*, que é minha *ancestralidade Pataxó*. Por isso, no IKP teço um *conhecimento de fronteira e entre lugares*, como propõe Arlete Tupinambá:

estou consciente dos riscos teóricos, metodológicos e de outras naturezas que

⁸ Para essa abordagem do *Bem Viver* parte-se do texto de Pablo Solon (2019) intitulado *Bem Viver*; bem como as publicações de Ailton Krenak, como nos textos *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) e *Caminhos para a cultura do Bem-Viver* (2020).

se colocam e seguem sendo colocados diante de uma perspectiva como essa, que ousa deslocar-nos de cenários culturais reconhecidos em direção à fronteira e *entre- lugares*. Eu ficaria feliz e grata se as lacunas e falhas teóricas e metodológicas dessa nossa busca fossem creditadas, pelo menos em alguma medida, a estar ao mesmo tempo em um duplo mundo, o *meu mundo* e também nos *de outros* (Tupinambá, 2025, p. 157).

Para além do mundo indígena Pataxó, no mundo moderno e no campo do conhecimento científico encontro confluência no pensamento de Karl Marx. Nos *Manuscritos econômico- filosóficos de 1844*, quando diz que a *universalidade do humano* aparece precisamente na *universalidade da natureza*, “tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital” (Marx, 2010, p. 84). Afirmando que “a vida física e mental humana está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois a humanidade é uma parte da natureza” (Marx, 2010, p. 84). Tal visão da relação humanidade-natureza expressa a indivisibilidade entre *ser humano e outros seres*, em que “o homem vive da natureza significa: a natureza é o seu *corpo*, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer” (Marx, 2010, p. 84).

No bojo da tradição científica iniciada por Marx, a confluência é possível na *corrente marxista da crítica negativa da dissociação-valor*⁹, cujo espaço-tempo presente é compreendido como *moderno patriarcado androcêntrico racista produtor de mercadorias*. Este que é fundado na guerra contra os *outros*, as mulheres e os povos não brancos, que constitui a dinâmica sistêmica da dissociação-valor e, portanto, da dissociação sexual e, por conseguinte, periférica e racial. Uma confluência que nos permite evidenciar que *esses outros* são partes constitutivas do *outros*, que também integra os *seres não humanos*, nos moldes que Ailton Krenak (2020) explicitou como sub-humanidade. Ou seja,

os *outros* como a *sub-humanidade* integra, além das mulheres e os povos não brancos, também os seres não humanos de fato: aqueles que não estão sob a denominação do gênero humano, mas padecem sob a classificação moderna de *recurso*, sejam classificados como vivos – como animais, vegetais, fungos, vírus, etc. – ou não vivos – como ar, água, solo, pedras, etc.

⁹ A *crítica marxista negativa do valor-dissociação* vem sendo constituída por vários sujeitos em diversos países, como divergente ao *marxismo tradicional* – definido por Postone (2014, p. 20) como as diversas interpretações da obra de Karl Marx que se baseiam “na compreensão trans-histórica do trabalho”. Para uma aproximação à *crítica do valor-dissociação*, considero a obra da assistente social Sheilla Nunes Gonçalves (2019), *Mulheres dos Escombros: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes*.



Tipificações que denotam a hierarquia inferior em que são colocados os seres vivos que não estão incluídos na espécie *homo sapiens*. Assim, a fundação dos conceitos modernos de humanidade e natureza se expressa na cisão entre corpo e território, em que a vida figura classificada e hierarquizada a partir da classificação dos seres vivos, se humanos ou não, se animados ou inanimados, se orgânicos ou inorgânicos, etc. (Pataxó, 2024, p. 274- 275).

Com essa apresentação dos fundamentos teóricos-metodológicos do *IKP*, busco explicitar que ele é erguido devido ao compromisso de promover a relação ética e sustentável entre seres humanos e demais seres através do desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa e extensão circunscritas a interação transformadora entre universidade e povos indígenas. Parte, assim, da compreensão de que os povos indígenas se constituem como populações originariamente viventes em *Pindorama* – que será renomeada Brasil, após a colonização europeia a partir do século XV. Desde então somos alvo do processo violento de *encobrimento*¹⁰ (Dussel, 1993), que funda a *América Latina* enquanto primeira periferia do capitalismo sob o *corpo-território originário* de *Abya Yala*. Por compreender que "o território é nossa própria vida, nosso corpo, nosso espírito", se "o território para nós não é um bem que pode ser vendido, trocado, explorado", logo, "lutar pelos direitos de nossos territórios é lutar pelo nosso direito à vida. A vida e o território são a mesma coisa" (I Marcha Das Mulheres Indígenas, 2019, s/p). Nesse interim, a formação social do *Brasil* tem início do processo histórico de encobrimento de *Pindorama*, ou seja, da *guerra ininterrupta que funda o capital como sujeito de dominação de corpos-territórios originários*.

O que expõe a indissociabilidade da questão étnico-racial com a *questão ambiental*, entendendo que “a *questão ambiental é uma emergência do espaço-tempo presente*” (Pataxó, 2024). Confluindo com o que é caracterizado pela *Ciência do Sistema Terra* (Steffen et al., 2011) como a contemporânea Era geológica do *Antropoceno* – um conceito explicativo da atual e inédita *crise de sustentabilidade global*, que funda uma *dinâmica do Sistema Terra* como um cenário de deterioração do *sistema de suporte à vida como conhecíamos* ofertado pelo planeta desde a cerca de 11,7 milhões de anos, durante o Holoceno, mas que agora está diante do *colapso*. Essa minha concepção

¹⁰ O processo de *encobrimento* consiste, conforme Enrique Dussel (1993), a partir da chegada dos europeus em 1492, culminando na *invenção* da *América Latina* – nos resultando o nome de índios, pois os europeus acreditavam estar nas Índias – e, posterior, *descobrimento* desse – reconhecendo-o como continente, onde, somente no Brasil, havia mais de três milhões de habitantes, com cerca de mil povos (Funai, 2019) –, seguido da *conquista* e *colonização* dos territórios – cuja ocupação das colônias, seja para plantio, criação de animais ou mineração, geriu as populações originárias via extermínio, físico ou cultural, com escravização para o trabalho.



denuncia a *emergência* da questão ambiental em sua duplicidade, tanto que a *degradação dos seres* se estrutura concomitante ao *Sistema Mundo/valor*, quanto por arruinar a dinâmica do *Sistema Terra/Holoceno* como *conhecíamos*. Ou seja, é uma *emergência* que conforma um *duplo movimento* de *homogeneidade* e de *extermínio* da estrutura e do *ser* na Terra, determinado pelo *espaço-tempo passado* (*Sistema Terra/Holoceno*) à sombra do *espaço-tempo presente* (*Sistema Mundo/Antropoceno*) (Pataxó, 2024, p. 300).

Tal confluência entre conhecimento científico e sabedoria indígena é um objetivo do IKP e, também, estrutura sua fundamentação teórico-metodológica. Diante o qual é possível compreender e situar a negação dos modos de ser e viver indígenas, culminando no processo constantemente atualizado de dissociação dos corpos de seus territórios, seja através do etnocídio ou genocídio que marca a formação social do Brasil, como expõe o livro clássico de Eliane Potiguara (2004), *Metade Cara, metade Máscara*. Um processo vigente por mais de quinhentos anos, sob o qual persiste a (re)existência indígena manifesta em vários momentos (Prézia, 2017) – por exemplo, Confederação dos Tamoios, Revolta de Mandu-Ladino, Caboclos de Julho – sendo um dos mais recentes a *Retomada Indígena*. Em que ao final da década de 1970, durante o regime ditatorial e frente as condições precárias de sobrevivência, os povos indígenas no Brasil priorizaram a mobilização de retorno autônomo das comunidades para os territórios. Processo amplificado durante a década de 1990 e 2000, com a redemocratização brasileira e promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo então nomeado como *retomada*. Ou seja,

as “retomadas” trazem, portanto, como elemento central, a marca da vinculação prévia com o território pretendido. Isso envolve a consciência da anterior e injusta perda da posse que, por mais longínqua que tenha ocorrido no tempo, não é vista como um fato consumado, mas como uma injustiça presente a ser reparada (Lacerda, 2021, p. 205-206).

Além do enfrentamento a violência armada, esse movimento consiste em um processo complexo de luta contra a cultura da tutela e do integracionismo do Estado brasileiro sobre as populações indígenas. Seja porque a *retomada* ocorre sem a anuência e amparo dos órgãos tutores, bem como, se dá por povos indígenas invisibilizados por terem sido declarados extintos por órgão governamentais indigenistas¹¹. Em suma, tratando-se de um processo auto

¹¹ A cultura da tutela e integracionismo para com os povos indígenas é estrutural e estruturante do

gestionário, a *retomada* requer providências coletivas acerca do planejamento, sigilo, transporte, estadia, alimentação, segurança, comunicação, etc. Em âmbito institucional, as consequências da (re)ocupação de terras por indígenas efetivam a pressão política, tanto para dar início às análises demarcatórias, quanto para serem reconhecidos como não extintos. Além disso, em âmbito pedagógico, a autogestão como instrumento da (re)ocupação de terras viabilizou experiências contestatórias da sujeição tutelar e gestão capitalista dos corpos-territórios originários. A *retomada* emerge como *pedagogia de luta e autodeterminação indígena*, sendo um termo utilizado em referência à *luta* pela (re)ocupação da terra e, também à *autodeterminação* para recuperação da identidade coletiva, do poder da palavra e da voz, do sentido e relação com a terra, dos projetos educacionais, das práticas e saberes tradicionais em saúde, alimentação, rituais, danças, cantos, etc. Compreendendo a *retomada* como *práxis pedagógica transformadora* enquanto experiência coletiva que é, ela mesma, seu objetivo específico.

Entendo que a *retomada indígena*, portanto, pressupõe o horizonte da *descaravelização*, uma vez que o ciclo de invasão europeia iniciado no século XV não se encerrou no século XIX com os processos nacionais de constituição e independência dos Estados modernos, fazendo-se necessário, ainda, refletir sobre a dimensão do processo de violência caravélica que dizimou, mas não nos extinguiu¹². A categoria *descaravelizar*¹³ é expressão coletiva do pensamento e ação de indígenas mulheres reunidas na *Wayrakuna – Movimento Plurinacional de Indígenas Mulheres*, uma rede plurinacional artístico-filosófica que componho, e que também se articula através do *Wayrakuna – Grupo de Pesquisa de Indígenas Mulheres*, situado na UFOP, em parceria com a Unida, e cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPQ/MCTI¹⁴. *Descaravelizar* é, portanto, também um instrumento teórico-político-

Estado brasileiro desde o período de colônia. A partir do século XX, tal estrutura governamental constitui o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPILTN), fundado em 1910, e tornado Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em 1918. Esse operou com o Conselho Nacional de Proteção aos Índios (CNPI), fundado em 1939, até em 1967 quando foram substituído pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Apenas em 2023 há uma estrutura buscando romper a ação tutelar e integracionista, com a institucionalização pelo Governo Lula (2023-2026) do Ministério dos Povos Indígenas, presidido por Sônia Guajajara; (re)batismo da Funai à Fundação Nacional dos Povos Indígenas, sob a primeira coordenação indígena, liderada por Joênia Wapichana.

¹² Considerando que no território de Pindorama, redesignado Brasil a pouco mais de meio século, se autodeclararam como indígenas cerca de 1,7 milhão, expressando 305 povos e 274 idiomas (Funai, 2023), quando a cerca de meio século havia mais de 3 milhões de habitantes constituindo ao menos 1 mil povos distintos (Funai, 2019).

¹³ Exponho alguns fragmento da construção coletiva, que não resume e nem limita a categoria.

¹⁴ “Wayrakuna somos nós, um movimento de indígenas mulheres, que teve sua origem desde a

afetivo para possibilitar a ampliação do (re)conhecimento da *memória ancestral* por parentes que se autodeclaram como *pardo*¹⁵. Isto é,

A luta por *descaravelizar*, nesse sentido, confere ao pensamento-ação que reconhece a *cosmogonia moderna* como fundadora da guerra civilizatória contínua que busca homogeneizar os corpos-territórios indígenas quanto mais for necessário a conformação do *mundo caravélico*. Por isso uma categoria que denuncia a morte e, também, poliniza a vida e semeia o bem viver. Ou seja, entendendo que o ciclo de invasão colonial europeia iniciado no século XV pelo homem branco europeu em deslocamento por caravelas, os *caravélicos*, portava o conteúdo e os instrumentos que dizimaram a diversidade do mundo da vida originária. Uma guerra que se inaugura e não se encerra no século XIX, com os processos formais de independência e constituição dos Estados Nacionais das Américas. Esse espaço-tempo, ao contrário, se apresenta como um ciclo da constituição do *mundo caravélico* formatado como *moderno patriarcado androcêntrico racista produtor de mercadorias*, conforme hoje se encontra estabelecido em âmbito global, o capitalismo (Pataxó, 2024, p. 2).

Por isso, a *retomada indígena* é tarefa do espaço-tempo presente, tanto para recuperar o passado quanto para redimir o futuro, um processo complexo de superar o medo de ser violentado por ser quem se é. Nesse sentido, o IKP visa contribuir para o processo de *preencher o presente de passado* buscando mirar os corpos-territórios de *Abya Yala* como seres dotados de autonomia e liberdade, e, não, como antecedente primitivo do ser e da cultura moderna ocidental. Logo, advogando que nós-indígenas somos originários desses corpos-territórios desde antes de ser alvo do domínio do capitalismo a partir do século XV. Entendendo que preencher o presente de passado, resgatando e dando visibilidade aos singulares *modos de ser-viver indígenas*, é reconhecer a *memória ancestral como sujeito histórico*, aterrando o *Bem Viver* enquanto uma construção de luta e autodeterminação primordial de povos originários de *Abya Yala* que expressa uma estratégia teórico-metodológica de luta anticapitalista e, portanto, de enfrentamento ao racismo.

Tendo visto tais fundamento do IKP, compartilho a seguir suas ações de extensão no

primeira caravela que atravessou os oceanos e atracou neste território apelidado de Brasil. Nasceu da resistência de insurgentes guerreiras originárias, insubmissas ao sistema colonial violentamente posto e tem se refletido na contemporaneidade. Wayrakuna é isso, a continuidade da luta de nossas antepassadas, é a insurreição da ordem que, por séculos, tenta nos invisibilizar e nos silenciar” (Kayapó; Payayá; Tupinambá, 2025, p. 17).

¹⁵ A opção de autodeclaração “pardo”, desde 1940 quando foi incluída pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) na consulta censitária, passou por diversas definições e que, atualmente, diz respeito aquele que se identifica como a mistura de duas ou mais opções de cor, ou raça, incluindo branca, preta e indígena.



ano 2023, entendidas como fruto da articulação com o ensino e a pesquisa.

Formação e Atuação Profissional Antirracista no IKP

O Instituto Koké-Pataxí é fundado na articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão no *campo das ciências sociais aplicadas*, na *área de conhecimento do Serviço Social*. Especificamente com investigações circunscritas na promoção de fundamentos teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo que possam subsidiar a análise e intervenção profissional crítica da realidade no que tange a liberdade e autonomia dos povos indígenas na expressão de seus modos de ser e viver.

No que tange à pesquisa, o IKP está articulado à investigação intitulada *Retomada: a luta dos povos indígenas no Brasil*, que objetiva compreender a retomada, enquanto práxis pedagógica transformadora de luta pela (re)ocupação da terra e de autodeterminação da identidade coletiva, na formação social brasileira. Contituindo projetos de iniciação científica, entre março de 2023 a março de 2024, intitulados a *Retomada: a luta dos povos indígenas em Minas Gerais*, que visou compreender a retomada, enquanto práxis pedagógica transformadora de luta pela (re)ocupação da terra e de autodeterminação da identidade coletiva, na formação social de Minas Gerais, vinculados aos editais PIP-1S/UFOP Nº 22/2022; PIBITI-1S/UFOP Nº 23/2022; PIVIC-1S/UFOP Nº 22/2022.

No que tange as ações de ensino, destacamos a oferta da disciplina eletiva *Capitalismo, pobreza e gestão da barbárie*, nos semestre 2023.1 e 2023.2 na graduação de Serviço Social da UFOP, desenvolvida em consonância com os fundamentos teóricos-metodológicos que erguem o IKP. Além disso, de março de 2023 a março de 2024 foi desenvolvido um projeto no âmbito do Programa de Desenvolvimento Social e Acadêmico (PRODESA) vinculado à Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) da UFOP, cujo objetivo foi auxiliar na estruturação do IKP, enquanto um programa de ensino, pesquisa e extensão que visa promover o debate acerca da questão indígena e do racismo contra indígenas na universidade, através da realização semestral da *Calourada Indígena*. Entendendo que tais ações de ensino e pesquisa impulsionam futuros trabalhos de conclusão de curso desenvolvidos por estudantes vinculados, bem como outras ações em parceria com os povos indígenas¹⁶.

¹⁶ Como desdobramentos, tem-se o *Grupo de Estudos Borum-Kren* – ocorrido entre abril e julho de 2024 como evento de extensão organizado em conjunto com Povo Indígena Borum-Kren e Prefeitura Municipal de Ouro Preto; constituição em 2024 da rede de pesquisa *Retomada da Cosmogonia Borum-*





O IKP enquanto um Programa de Extensão¹⁷ foi estabelecido a partir de três ações extensionistas: *Semeando um Jardim para Bem Ser*; *Hamãy - Acervo da Cultura Indígena Pataxó*; *Awêry – Tecendo o Bem Viver*. Sendo que, em um ano de existência, cerca de duzentas pessoas foram diretamente permeadas pelas ações vinculadas ao IKP – realizadas em espaços institucionais com a participação de povos indígenas; bem como realizadas no território indígena da Aldeia Mãe Uaimií do povo Borum-Kren, em que a comunidade universitária foi recebida. Diretamente envolvidos como estudantes extensionistas, tem-se o total de três graduandos em serviço social; um graduando em história; uma graduanda de letras; uma graduanda em jornalismo; uma graduanda e duas pós-graduandas em artes cênicas – dos quais seis são indígenas. Em 2023, as ações extensionistas foram construídas em parceria com sujeitos coletivos, com destaque para o Coletivo Borum-Kren Vivos e Fortes¹⁸; Parentes – Coletivos de Indígenas na UFOP; Wayrakuna – Movimento e Grupo de pesquisa de Indígenas Mulheres; Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) da UFOP. Sendo que as ações são constantemente avaliadas, em reuniões mensais da equipe de extensão, observando a implementação e os objetivos estabelecidos para o programa e para cada projeto/curso que o integra.

O projeto de extensão *Semeando um Jardim para Bem-ser* tem o objetivo geral de mobilizar a comunidade universitária e externa do Campus Mariana para autogestar um jardim sensorial no ICSA/UFOP. Com isso, visa como objetivos específicos estabelecer mobilização da comunidade universitária para promoção do bem-ser e aproximar a comunidade universitária das sabedorias e modos de ser e viver indígenas. A fim de alcançar os produtos de i) mobilização social da comunidade universitária do ICSA/UFOP para promoção do bem-ser; ii) instalação de jardim sensorial no ICSA; iii) exposição audiovisual

Kren – articulando quatro projetos de iniciação científica; confecção de seis trabalhos de conclusão de curso sobre a temática indígena.

¹⁷ Para desenvolver as ações extensionistas prevê-se: 1) Reuniões de planejamento e avaliação com a equipe extensionistas; 2) Ações de formação/capacitação da equipe extensionistas; 3) Articulação com os setores do Departamento de Serviço Social, Diretoria do ICSA e Prefeitura dos Campi Universitários da UFOP; 4) Levantamento de povos indígenas de Minas Gerais e entidades organizativas indígenas, contato com lideranças e mobilização para participação nas ações; 5) Levantamento de estudantes, servidores e docentes indígenas na comunidade universitária da UFOP e mobilização para participação nas ações; 6) Levantamento de docentes e servidores que desenvolvam ações de ensino, pesquisa e extensão com comunidades indígenas e mobilização para participação nas ações; 7) Participação anual do Encontro de Saberes da UFOP.

¹⁸ Para conhecer tais organizações acesse: acesse: <https://www.instagram.com/coletivoparentes/>; <https://www.instagram.com/borumkren/>; <https://www.instagram.com/mpwayrakuna/>; <https://www.instagram.com/neabiufop/>.



sobre a mobilização da comunidade universitária; prevê em sua metodologia ações de mobilização da comunidade universitária do Campus Mariana para constituir a interação dialógica, interprofissional e interdisciplinar com a comunidade externa e povos indígenas com fins de defesa e promoção do bem ser. Exemplo dessa ação de mobilização ocorreu em quatro de dezembro de 2023, com a Oficina de Plantas Medicinais ofertadas por Emília Borum-Kren, conforme expressa a figura abaixo:

Figura 1 - Oficina de Plantas Medicinais

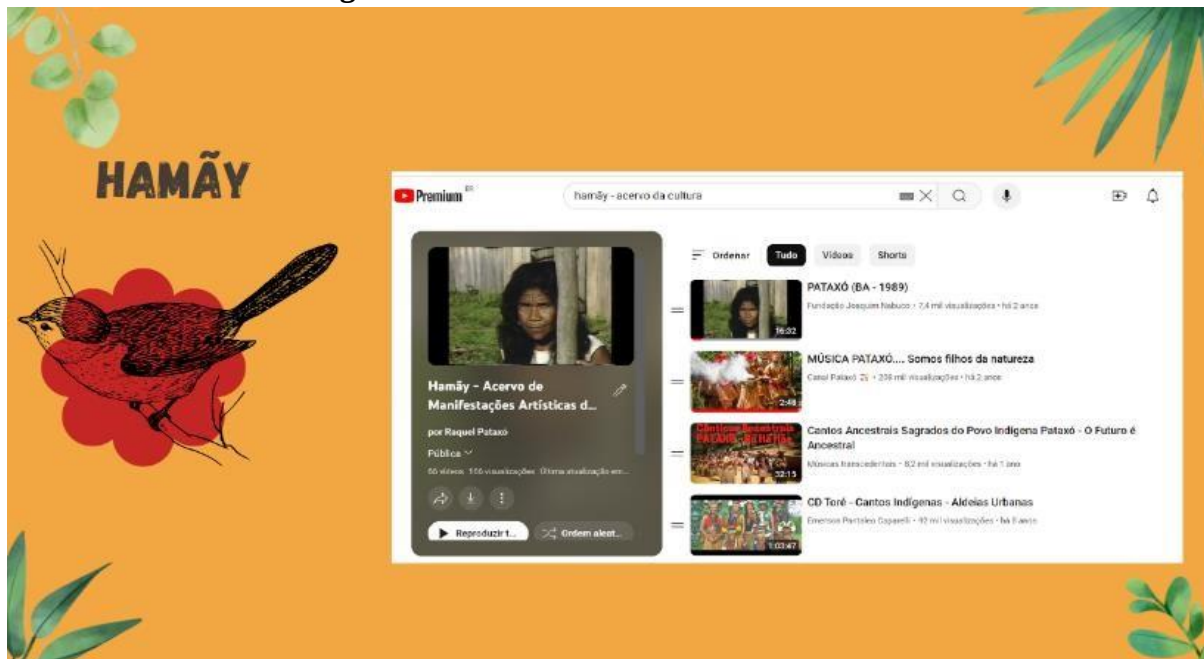


Fonte: arquivo da autora

O projeto de extensão *Hamãy: acervo da cultura indígena Pataxó* tem o objetivo geral de estabelecer um diretório digital para reunir obras acadêmicas e artísticas sobre a cultura do povo indígena Pataxó, visando como objetivo específico estabelecer um mecanismo de difusão da cultura indígena Pataxó e possibilitar diálogos entre o conhecimento científico e a sabedoria indígena Pataxó. Visando alcançar os produtos de um acervo digital de obras acadêmicas e artísticas sobre a cultura indígena Pataxó, prevê o diálogo com o Núcleo de Tecnologia da Informação (NTI) e com a Biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (BIBI-ICSA), para viabilizar o veículo mais acessível para difusão de tais referências. Em sua metodologia prevê o diálogo interdisciplinar entre a equipe de extensão para promover um levantamento ampliado de produções artísticas – englobando música, dança, pintura, ilustração, escultura, instalação, arquitetura, teatro, literatura, cinema, fotografia, história em quadrinhos, jogos eletrônicos e arte digital – e acadêmica – como livros; teses e dissertações;

e artigos científicos. Sendo que as obras atualmente coletadas estão disponíveis em drive público¹⁹ e canal de rede social²⁰, conforme ilustrado abaixo:

Figura 2 - Acervo artístico da cultura Pataxó



91

Fonte: arquivo da autora

O curso de extensão *Awêry – Tecendo o Bem-viver* tem o objetivo geral de promover o conhecimento da cultura indígena na formação social de Minas Gerais, visando como objetivos específicos possibilitar o acesso ao conhecimento sobre e dos povos indígenas em Minas Gerais; estabelecer um espaço de difusão e defesa da cultura e dos direitos indígenas; e agenciar o diálogo entre o conhecimento científico e a sabedoria indígena. Visando alcançar o produto de Curso introdutório ofertado a comunidade universitária e externa da UFOP, em sua metodologia prevê um evento anual, com carga horária total de 15 horas distribuídos em três espaços de formação: 1) Conferência (3horas) que objetiva refletir sobre o conhecimento sistematizado sobre os povos indígenas na formação social de Minas Gerais, com ao menos dois conferencistas, sendo um representante dos povos indígenas e um representante da comunidade de pesquisa; 2) Oficinas (3horas) visando difundir e compartilhar saberes que são ofertados por indígenas; 3) Visita Técnica (9horas) possibilitando conhecer os modos de ser e viver indígenas em comunidade indígena em Minas Gerais. Para ilustrar o curso realizado em

¹⁹ https://drive.google.com/drive/folders/1j5JrTmFAxTI5s-XKRiqgAry-VKBr_HLH?usp=drive_link

²⁰ <https://www.youtube.com/playlist?list=PL08y4lVVHM4Sgd6jffOH8o04se5jZhFgl>



2023, segue abaixo um registro da visita técnica ao território da Aldeia Mãe Uaimií do povo Borum-Kren.

Figura 3 - Visita técnica com o povo Borum-Kren



Fonte: arquivo da autora

Considerações Finais

O Instituto Koké-Pataxí tem apresentado relevância universitária ao potencializar a formação acadêmica e cidadã dos estudantes – tanto daqueles participantes da equipe de desenvolvimento da extensão quanto daqueles que usufruem dos produtos gerados (como acervo digital, curso e jardim sensorial), através do fortalecendo ao respeito “à diversidade de pensamento, gênero, raça, credo e classe, recusando a incitação ao ódio e às opressões” e “ao meio ambiente, promovendo a sustentabilidade e atitudes ecologicamente corretas”, de acordo com o estabelecido no Art.56, inciso I e IX, do Regimento da UFOP (2019). Além disso, por ser um programa que busca a interação com a comunidade universitária e externa, constitui e fortalece vínculo comunitários, viabilizando uma rede de apoio que contribua para permanência estudantil, inclusive de estudantes indígenas, nessa universidade, estando alinhado com o princípio de *observância e respeito à solidariedade humana*, previstos Art. 1º do Estatuto da UFOP (2019); em sua finalidade institucional de estimular “saberes que promovam condições dignas de vida humana, social e ambiental, no contexto local, regional,

nacional e global”, conforme Art.4º do Estatuto da UFOP (2019).

Nesse sentido, o *IKP* busca colaborar ao atendimento da demanda dos povos indígenas no Brasil, buscando desenvolver ações enraizadas no respeito a diversidade étnica e cultural do país. Uma demanda explicitada pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) – que detém a participação de 200 etnias e apresenta um conjunto de propostas para colaborar para a construção do Brasil. Conforme apresentado na plenária final do décimo oitavo Acampamento Terra Livre (ATL), realizado em Brasília em 2022, a APIB denuncia o *PL490/2007 - Marco Temporal* e *PL191/2020 - Mineração em Terras Indígenas* e (re)afirma

93

a nossa determinação de continuar lutando, em memória dos nossos ancestrais e pelo bem viver das atuais e futuras gerações dos nossos povos, pela garantia e proteção dos nossos direitos fundamentais, da nossa identidade e dos nossos territórios e tudo que sustenta as condições para a nossa existência física, cultural e espiritual” (Apib, 2022, p. 72).

A APIB também se posiciona contra a *PL6299/2002 - Pacote do Veneno*, *PL510/2021 - Grilagem de Terras públicas*, *PL2159/2021 - Licenciamento ambiental*, explicitando que “nossa luta é por nossos Povos, sim, mas também pelo futuro de todos e todas as brasileiras e pela humanidade inteira!” (Apib, 2022, p.71). Manifestações que apresentam uma demanda social para que setores da população brasileira estejam articulados na construção de “um projeto baseado nos princípios do respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça, ao cuidado com o meio ambiente e com a Mãe Natureza” (Apib, 2022, p.71).

Sendo previsto a articulação com povos e entidades organizativas indígenas²¹ no desenvolvimento de suas ações de extensão, articuladas ao ensino e pesquisa, o *IKP* se revela enquanto locus de atuação profissional em convergência com o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, seja no previsto em seu Art.13, inciso c, em que prevê ser *dever* de assistentes sociais “respeitar a autonomia dos movimentos populares”; bem como no Art. 12, inciso b, que estabelece como *direito* de assistentes sociais “apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação

²¹ Por exemplo: Articulação dos Povos Indígenas do Brasil/APIB; Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo/APOINME; ANMIGA – Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade; Teia dos Povos - Articulação de povos, organizações políticas, territórios e comunidades em luta por Terra e Território; Wayrakunas - Movimento Plurinacional de Indígena Mulheres; Comitê Mineiro de Apoio a Causa Indígena/CMACI; Exposição Indígena e Imigrante Abya Yala; Povo Borum-Krem; Centro de Memória do Povo Puri; Aldeias do Povo Pataxó em Minas Gerais - Naô Xohã; Muã Mimatxi; Katurãma; Imbiruçu; Encontro da Águas; dentre outros.

da democracia e dos direitos de cidadania” (Cfess, 1993). Além disso, ao intentar que os povos indígenas e a comunidade de Mariana e Ouro Preto em geral sejam impactados no processo de “eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”, expõe sua coerência aos princípios éticos fundamentais previsto no Código de Ética Profissional de Assistentes Sociais (Cfess, 1993). Nesses termos, a atuação profissional articulada à mobilização da sociedade civil e de recursos públicos em prol da defesa dos direitos dos povos indígenas está em acordo com as competências e atribuições privativas da atuação profissional de assistentes sociais. Visto que tanto se trata de desempenhar a função privativa de “assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular” e de “coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social” e “planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social”; quanto se trata de desempenhar competência profissional de “elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil” e “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos” – conforme prevê a Lei n. 8.662 de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências (Brasil, 1993).

Especificamente no que tange a formação profissional no âmbito da graduação em Serviço Social, o IKP se revela enraizado na articulação e defesa dos direitos dos povos indígenas, alinhado aos princípios do Código de Ética Profissional do/a Assistente Social (Cfess, 1993), em específico, a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária sem dominação, exploração de classe, raça/etnia e gênero”. Em particular o instituto tem contribuído para viabilizar a efetivação da curricularização da extensão prevista no Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UFOP de 2022, em processo de implementação desde abril de 2024, que é constituído em acordo com a Resolução CNE n.7/2018 da ABEPSS. Ao articular o tripé universitário de ensino-pesquisa-extensão, o IKP tem colaborando para concretização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, tem em vista seu compromisso no “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da



formação profissional, e da relação teoria e realidade” (Abepss, 1996, p. 6).

O IKP, portanto, busca constituir e estabelecer espaços de defesa dos direitos indígenas e dar visibilidade a nossas culturas, a fim de possibilitar o reflorestar das mentes e o aldeamento dos espaços de formação e atuação profissional em Serviço Social que sejam radicalmente antirracistas. O que revela a potencialidade de indígenas docentes e indígenas estudantes nos cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social, ao mesmo tempo em que expõe a urgente democratização do acesso dessa população à universidade, inclusive aos espaços de docência, ainda incipiente nessa categoria.

Referências

- ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Brasília: CFESS, 1996.
- ABEPSS. Proposta de Ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. Temporalis, Brasília, ano 12, n. 24, jul./dez. 2012.
- APIB. Revista Acampamento Terra Livre 2022. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2022/06/ATL2022_REVISTA_v3.2.pdf. Acesso em: 22 out. 2022.
- ABRASSPI. **Manifesto Serviço Social e Povos Indígenas:** aproximações e desafios do tempo presente. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/133RFi723MFI5MgM-18fZHcKhzc4Qr3l6/view>. Acesso em: jul. 2022.
- BRASIL. Presidência da República. Lei n. 8.662 de 7 de julho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.
- CASTANHA, M. **Pindorama:** terra das palmeiras. São Paulo: Cosac Naify, 2007.
- CFESS. Resolução CFESS n. 273/1993, que institui o Código de Ética Profissional do/a Assistente Social, com as alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS n. 290/1994, 293/1994, 333/1996 e 594/2011. Brasília: CFESS, 1993.
- CFESS. Caderno 3: racismo – Série: Assistentes social no Combate ao Preconceito. Brasília: CFESS, 2016.
- CHAKARUNA. **Abya Yala Sin Frontera.** Disponível em: <http://hernehunter.blogspot.com/2009/07/entre-america-e-abya-yala.html>. Acesso em: 16 fev. 2023.
- FUNAI. **Site institucional.** Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/quem-sao>. Acesso em 05 nov. 2019.

FUNAI. Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas. **cidade**, 07 ago. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/dados-do->





[censo-2022-revelam-que-o-brasil-tem-1-7-milhao-de-indigenas](#). Acesso em: 18 ago. 2023.

DUSSEL, E. 1492 **O encobrimento do outro**: a origem do mito da modernidade. Tradução Jaime A. Clasen. São Paulo: Vozes, 1993.

GONÇALVES, S. N. “**Mulheres dos Escombros**”: a condição das mulheres periféricas em tempos de catástrofes. Rio de Janeiro: Revan, 2019.

I MARCHA DAS MULHERES INDÍGENAS. **Documento Final da Marcha das Mulheres Indígenas: "Território: nosso corpo, nosso espírito"**. Disponível em: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pelo-nosso-direito-vida/>. Acesso em: 12 dez. 2019.

96

KRENAK, A. **Ideias para adiar o Fim do Mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **Caminhos para a cultura do Bem-Viver**. Organizador do e-book Bruno Maia. Rio de Janeiro: 2020.

LACERDA, R. F. A “**Pedagogia Retomada**”: uma contribuição das lutas emancipatórias dos povos indígenas no Brasil. **Interritórios**, v.7, n.13, 2021.

MARX, K. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2010.

MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. Introduccion. In: MIÑOSO, Y. E.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O (orgs.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popaván: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

PATAXÓ, K. **Trioká Hahão Pataxi** – Caminhando pela história pataxó. São Paulo: Garçoni, 2004.

PATAXÓ, R. M. M. **O Canto do Antropoceno**: a questão ambiental como emergência do espaço-tempo presente. Tese, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2024.

POSTONE, M. **Tempo, trabalho e dominação social**. São Paulo: Boitempo, 2014.

POTIGUARA, E. **Metade cara, metade máscara**. Rio de Janeiro: Grumin Edições, 2004.

PRÉZIA, B. **História da Resistência Indígena: 500 anos de luta**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

TUPINAMBÁ, A. M. P. S. Memória e ancestralidade. In: KAYAPÓ, A. N. K. L.; PAYAYÁ, J. S. L.; TUPINAMBÁ, A. M. P. S. (org.), **WAYRAKUNA**. Polinizando a vida e semeando o Bem Viver. 2 ed. Teresina: Cancioneiro, 2025.

SILVÉRIO, P. H. B. **Jardim Sensorial da UFJF, um Espaço de Terapia e Conscientização**. Dissertação, Pós-Graduação em Ecologia Aplicada ao Manejo e





RELEM – Revista Eletrônica Mutações

©by Ufam/Fic/Icsez

Conservação dos Recursos Naturais, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2017.

SOLÓN, P. Bem Viver. In: SOLÓN, P (org.). **Alternativas sistêmicas**. São Paulo: Elefante, 2019.

STEFFEN, W.; PERSSON, Â.; DEUTSCH, L.; ZALASIEWICZ, J.; et al. The Anthropocene: From Global Change to Planetary Stewardship. **Ambio**, v. 40, n. 7, dez. 2011b

UFOP. Resolução CUNI n. 1.868 de 17 de fevereiro de 2017, que estabelece o Estatuto da Universidade Federal de Ouro Preto. Brasília: Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: <https://ufop.br/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 10 out. 2022.

UFOP. Resolução CUNI n. 1.959 de 28 de novembro de 2017, que aprova o Regimento Geral da Universidade Federal de Ouro Preto. Brasília: Diário Oficial da União, 2019. Disponível em: <https://ufop.br/estatuto-e-regimento>. Acesso em: 10 out. 2022.

KAYAPÓ, A. N. K. L.; PAYAYÁ, J. S. L.; TUPINAMBÁ, A. M. P. S. (org.), **WAYRAKUNA**. Polinizando a vida e semeando o Bem Viver. 2 ed. Teresina: Cancioneiro, 2025.

97



Manuscrito licenciado sob forma de uma licença **Creative Commons**. Atribuição Internacional: <https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt> B

Relem, Manaus (AM), v. 18, n. 30, jan./jun. 2025.